

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.545 - RJ (2019/0226276-9)

RECORRENTE : MARIA ISABEL DOS SANTOS FONTES
ADVOGADO : JOSÉ LEANDRO DA SILVA COSTA PASSOS CALDAS -
RJ140441
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA ISABEL DOS SANTOS FONTES com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição Federal.

Na origem, Maria Isabel dos Santos Fontes ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em julho de 2016, tendo como objetivo o recebimento de pensão por morte de seu ex-companheiro Mario Dias, na condição de dependente econômica.

Após sentença que julgou procedente o pedido autoral, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, ficando consignado que o recebimento de pensão alimentícia por si só não comprova a dependência econômica objetivando o recebimento de pensão por morte.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. EX-COMPANHEIRA BENEFICIÁRIA DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. PENSÃO POR MORTE. DIREITO INDISPONÍVEL. PENSIONAMENTO INCABÍVEL POR FALTA DE AMPARO LEGAL. REMESSA NECESSÁRIA E APELO DA UNIÃO PROVIDOS.

1. Trata-se de julgar remessa necessária e apelação interposta pela União Federal, cingindo-se a controvérsia à possibilidade de concessão de pensão por morte instituída por MÁRIO DIAS em favor da ex-companheira MARIA ISABEL DOS SANTOS FONTES, uma vez que esta recebia pensão alimentícia fixada em 22/10/2001 nos autos da Ação de Alimentos nº 2001.001.047780-0 pelo Juízo da 13ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

2. A condição de companheira gera o pensionamento por força de lei, mas a condição de excompanheira pensionista de pensão alimentícia não gera direito à pensão por morte por força de lei. O direito à pensão alimentícia e o dever de pagar pensão alimentícia é um direito disponível, diferentemente da pensão por morte, que é indisponível. Incabível esse pensionamento no caso em apreço por falta de amparo legal, existindo precedente justamente nesse sentido (0002966-17.2012.4.02.5110).

3. Não é possível impor à União Federal a obrigação de pagar pensão por morte com base numa decisão da Justiça Estadual de um processo do qual não participou, com base numa liberalidade ou num acordo feito entre

Superior Tribunal de Justiça

as partes num direito efetivamente disponível, que era o de pensão alimentícia, como ocorre na hipótese dos autos.

4. Remessa necessária e apelação da União providas, julgando improcedente o pedido autoral.

Não foram opostos embargos de declaração.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MARIA ISABEL DOS SANTOS FONTES interpôs o presente recurso especial, apontando divergência jurisprudencial na interpretação do art. 217, § 3º, I, b, da Lei nº 8.112/90.

Sustenta, em síntese, que o pagamento de pensão alimentícia pelo instituidor da pensão faz presumir a dependência econômica em relação à parte Autora.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo provimento parcial do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, diante do recebimento da pensão alimentícia, a dependência da autora em relação ao instituidor da pensão é presumida, sendo devida a pensão previdenciária por morte, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. DIVISÃO DO BENEFÍCIO ENTRE VIÚVA E EX-ESPOSA DIVORCIADA E BENEFICIÁRIA DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. RATEIO IGUALITÁRIO

(...)

3. Ainda na linha de nossa jurisprudência, "diante do recebimento da pensão alimentícia, a dependência da autora em relação ao instituidor da pensão é presumida, sendo devida a pensão previdenciária por morte,

Superior Tribunal de Justiça

conforme entendimento jurisprudencial desta Corte. Precedentes: REsp. 1.505.261/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 15.9.2015 e REsp. 1.307.661/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 15.10.2012"(AgInt no AREsp 292.187/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 12/11/2018).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1550562/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. AUTORA QUE RECEBE PENSÃO ALIMENTÍCIA. DEPENDÊNCIA PRESUMIDA. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO PARANÁ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Conforme afirmado na decisão combatida, no caso dos autos, consta do acórdão recorrido, às fls. 347, que a autora recebe pensão alimentícia do de cujus desde a separação do casal.

2. Assim, não há razão para que seja levantada a necessidade de novas provas acerca da dependência econômica, pois, diante do recebimento da pensão alimentícia, a dependência da autora em relação ao instituidor da pensão é presumida, sendo devida a pensão previdenciária por morte, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte. Precedentes: REsp. 1.505.261/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 15.9.2015 e REsp. 1.307.661/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 15.10.2012.

3. Agravo Interno do Estado do Paraná a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 292.187/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 12/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para julgar procedente o pleito autoral.

Inverto os ônus sucumbenciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator